

REVISITANDO UM VELHO MODELO: CONTRIBUIÇÕES PARA UM DEBATE AINDA ATUAL SOBRE A HISTÓRIA ECONÔMICA DE MATO GROSSO/MATO GROSSO DO SUL*

REVISITING AN OLD MODEL: CONTRIBUTIONS TO A STILL PERTINENTE DEBATE ON THE ECONOMIC HISTORY OF MATO GROSSO/ MATO GROSSO DO SUL DO SUL

Paulo Roberto Cimó Queiroz**

RESUMO:

O Presente texto trata da historiografia mato-grossense desde a primeira década do século XX, bem como do ensino e da pesquisa em história no espaço universitário. Mostra como a historiografia econômica brasileira foi desprestigiada no meio acadêmico de Mato Grosso do Sul e conseqüentemente teve pouca influência entre os historiadores dedicados aos temas “regionais”. E procura contribuir para apresentar como alternativa, algumas sugestões de métodos com vistas ao estudo de método investigativo que se apoia nas análise de fontes documentais para a construção de conhecimento sobre a historiografia de Mato Grosso / Mato Grosso do Sul.

PALAVRAS-CHAVE:

Historiografia; Pesquisa; Fontes documentais.

* O projeto de pesquisa em cujo âmbito foi elaborado este trabalho conta com financiamento da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT).

** Professor do departamento de história da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD - FUNDECT/MS)

ABSTRACTS:

The present text deals with Mato Gross historiography since the first decade of the XX century, as well as on teaching and research in history in the university milieu. It shows how Brazilian economic historiography was disdained in the academic milieu of Mato Grosso do Sul and consequently had little influence among historians dedicated to “regional” themes. As an alternative it attempts to contribute by presenting suggestions for study of the investigative method, based on the analysis of documental sources for the construction of knowledge on the historiography of Mato Grosso/Mato Grosso do Sul.

KEYWORDS:

Historiography; Research; documentary sources.

A historiografia mato-grossense¹ inicia-se, em sua versão considerada “tradicional”, pelo menos na primeira década do século XX (cf. Zorzato, 1998). Já no âmbito universitário, o ensino e a pesquisa em História são bem mais recentes. No espaço correspondente ao atual Mato Grosso do Sul, o ensino superior em História começou nos anos 1960, quando se formaram, nesse espaço, os núcleos que originariam as futuras universidades sul-mato-grossenses. A pesquisa, por sua vez, começou a desenvolver-se na década seguinte, quando a Universidade Estadual de Mato Grosso (que em 1979 se transformaria na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS) passou a enviar seus docentes aos programas de pós-graduação estabelecidos nos grandes centros brasileiros. Os primeiros trabalhos assim produzidos foram os de Valmir Batista Corrêa (1976 e 1982), Lúcia Salsa Corrêa (1980) e Joana Neves (1980), cabendo observar que, nesse momento inicial, os pesquisadores enfrentavam grandes dificuldades. De fato, demorou a consolidar-se, na UEMT/UFMS, um ambiente institucional de efetivo apoio às atividades de pesquisa científica, o qual somente se tornaria plenamente perceptível já na década de 1980 (cf. Arrolamento da produção..., 1994).

Foi portanto nesse contexto ainda inicial que, em 1984, Gilberto Luiz Alves (então mestre em Educação e docente da UFMS em Corumbá) publicou um extenso ensaio sobre a história econômica de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul, intitulado: *Mato Grosso e a história, 1870-1929: ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro*. Rico em referências empíricas, fornecendo um amplo panorama das condições econômicas presentes em Mato Grosso/Mato Grosso do Sul durante longo período (que aliás ultrapassa os marcos indicados no título), o referido texto se destaca da produção acadêmica anterior pela maior preocupação em tentar fornecer uma abrangente *explicação* da natureza e das causas das transformações verificadas². Com tais credenciais, o trabalho de Alves tornou-se referência para os jovens pesquisadores sul-mato-grossenses do campo das Ciências Humanas.

O ensaio adotava, entretanto, como perspectiva teórica, uma problemática versão do materialismo histórico – a qual se poderia talvez denominar, emprestando-se a

¹ A antiga capitania, província e depois estado de Mato Grosso abrangia, originalmente, também os espaços correspondentes a Rondônia (desmembrado, como território federal, em 1943) e Mato Grosso do Sul (criado em 1977). Neste trabalho, refiro-me ao território que daria origem a Mato Grosso do Sul como “sul do antigo Mato Grosso”, “antigo sul de Mato Grosso” ou simplesmente “SMT”.

² Em 1985, as idéias centrais desse ensaio foram reproduzidas em outro texto do autor, destinado a fundamentar a proposta de tombamento do conjunto arquitetônico do porto de Corumbá (Alves, 1985). Esse último texto, por sua vez, foi recentemente republicado (Alves, 2003).

expressão de Frago & Florentino, “marxismo da Guerra Fria”, com sua “exacerbação do determinismo ‘infra-estrutural’” (1997, p. 37). Além disso, seu diálogo com a historiografia econômica brasileira apresentava-se extremamente restrito³, deixando de lado até mesmo as obras clássicas pertencentes à corrente marxista, como as de Caio Prado Júnior.

Nessas circunstâncias, relativamente cedo esse esquema explicativo foi encarado de forma crítica por vários pesquisadores da história mato-grossense/sul-mato-grossense (cf. críticas parciais, formuladas originalmente no início dos anos 1990, em Borges, 2001; Nascimento, 1992; Queiroz, 1997). Tal circunstância, aliada ao desprestígio desde então experimentado pela História Econômica no Brasil, levou a que o referido esquema tivesse pouca influência entre os historiadores dedicados aos temas “regionais”. No entanto, ele continuou e continua ainda muito influente em outras áreas das Ciências Humanas, que necessitam às vezes buscar na história um quadro abrangente para poderem situar seus objetos de pesquisa. Refiro-me, especificamente, à Educação (área de formação e atuação do autor do ensaio) e à Geografia (cabendo notar, a propósito, que o ensaio foi originalmente publicado em um periódico dessa área). Em outras palavras, muitos trabalhos, nessas duas áreas, têm adotado, até os dias atuais, em suas referências à história de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul, a perspectiva proposta por Alves – a qual portanto parece ser tida, nesses casos, como “a palavra da História”⁴.

É nesse contexto que considero oportuno e, de certo modo, necessário o presente trabalho. Embora o ensaio em questão já tenha sido analisado e criticado em alguns de seus aspectos, tais reparos encontram-se dispersos. Assim, apoiado, tanto quanto me foi possível, na (ainda pequena) historiografia econômica mato-grossense/sul-mato-grossense, busco aqui contribuir para uma revisão de conjunto desse modelo interpretativo, e procuro igualmente apresentar, como alternativa, algumas sugestões de método com vistas ao estudo das importantes problemáticas apresentadas pelo autor⁵.

³ Limitava-se, praticamente, às obras de Ana Célia Castro (*As empresas estrangeiras no Brasil*, 1979) e Alcir Lenharo (*As tropas da moderação*, 1979). No tocante à historiografia acadêmica sul-mato-grossense, o diálogo era limitado a uma única obra de Valmir Corrêa (1976).

⁴ Um bom exemplo, a esse respeito, é uma recente tese de doutorado em Geografia, que acaba de ser publicada (cf. Moretti, 2006, esp. p. 24-28). No mesmo sentido, v. diversos trabalhos produzidos no âmbito do programa de pós-graduação em Educação da UFMS.

⁵ Considero importante deixar claro que encaro esta como uma tarefa essencialmente intelectual – necessária, a meu ver, nos quadros do saudável debate acadêmico. Assim, manifesto meu respeito pessoal e profissional pelo autor, bem como meu reconhecimento por seu esforço: apoiado, em boa medida, em fontes documentais, ele se animou a abrir uma “picada” interpretativa em função da qual todos nós, estudiosos da história mato-grossense/sul-mato-grossense, pudemos aprender (pois não só com os acertos se aprende, mas sobretudo com os equívocos próprios e dos outros).

Para situar adequadamente os raciocínios de Alves, convém efetuar aqui uma rápida digressão. Na região considerada (imemorialmente habitada por numerosos grupos indígenas), a efetiva implantação da colonização luso-brasileira começou pela porção norte (correspondente ao atual estado de Mato Grosso), em decorrência da descoberta, ocorrida em 1719, de jazidas auríferas nas imediações da atual cidade de Cuiabá (embora a porção sul dessa região, correspondente ao atual estado de Mato Grosso do Sul, houvesse sido percorrida por conquistadores espanhóis já no século XVI, e pelos bandeirantes no século seguinte). Desde então, as comunicações entre essa região e o sudeste da América portuguesa se fizeram por caminhos internos, sejam as célebres monções, seja o caminho terrestre aberto ainda no século XVIII, ligando Cuiabá a Goiás e daí a Minas, Rio de Janeiro e São Paulo. No século seguinte, quando a criação extensiva de gado bovino, já praticada na porção norte, se implantou também na porção sul da região, outros caminhos terrestres foram abertos, ligando diretamente essa última porção tanto a Minas Gerais como a São Paulo (cf. Leite, 2003).

Nesse contexto, eram frequentes as queixas dos dirigentes e outros observadores da situação da capitania (depois província) com relação à precariedade de tais meios de comunicação, queixas essas que bem cedo, ainda no início do século XIX, se traduziram na reivindicação da abertura da navegação pelo rio Paraguai – a qual permitiria, via estuário do Prata, uma ligação com o litoral do sudeste que, embora mais longa, era muito mais prática, rápida e barata que aquela oferecida pelos caminhos internos. Tal reivindicação constituiu, de fato, um dos principais elementos das complexas e contraditórias relações entre o Império do Brasil e a República do Paraguai, sendo que somente ao final dos anos 1850 o Império logrou obter o direito de trafegar pelo trecho paraguaio do rio Paraguai. Essa navegação foi interrompida durante a Guerra, entre 1864 e 1869, e foi retomada, de modo mais desembaraçado, ao fim da mesma guerra, quando o referido rio foi aberto à livre navegação internacional.

É nesse contexto, portanto, que se situam os principais raciocínios do autor, o qual corretamente aponta os efeitos econômicos advindos dessa abertura: a) o “sensível barateamento das mercadorias” e o incremento da atividade comercial em Mato Grosso (como “parte de um movimento generalizado, só explicável em escala mundial, determinado pelos baixos custos de produção, viabilizados pela fábrica moderna, e pelos baixos custos dos transportes, propiciados pela navegação a vapor”, cf. Alves, 1984, p. 18); b) o incremento dessa navegação, em torno da qual passava a desenvolver-se “toda a vida econômica” da província e que “facilitava o escoamento da produção, assim como a importação das mercadorias indispensáveis à região, inclusive maquinaria moderna”; nesse contexto Alves inclui a modernização da agroindústria açucareira (restrita, no caso, à porção norte), mediante a importação de equipamentos que

“rivalizava[m] com os mais modernos do Nordeste” (id., p. 19); c) os avanços no aproveitamento do imenso rebanho bovino da província, sobretudo aquele do Pantanal, destacando-se, a esse respeito, o moderno estabelecimento fundado em 1873, por investidores platinos, na localidade de Descalvados (no atual município de Cáceres, em Mato Grosso, às margens do rio Paraguai) – estabelecimento esse voltado inicialmente à produção de charque e, depois, de extrato e caldo de carne, exportados para a Europa (p. 20); d) enfim, o crescimento do núcleo urbano de Corumbá, que, graças a sua estratégica posição às margens do rio Paraguai, passou da condição de uma pobre vila fronteiriça a um animado centro comercial, que se tornaria, mais para o fim do século, o principal da província (p. 21-22).

Desse modo, segundo o autor, até o final da década de 1920 a economia mato-grossense seria dominada pelo capital comercial, isto é, os “comerciantes mato-grossenses”, proprietários das *casas comerciais* estabelecidas em Corumbá e outros centros urbanos da região (sobretudo Cuiabá, Cáceres, Miranda e Aquidauana). Nesse contexto, ainda conforme o autor, ocorreria em Mato Grosso (cuja economia até então se baseava na produção de gado bovino magro, destinado à engorda nas invernações de Minas Gerais) um “incipiente processo de diversificação da produção” (op. cit., p. 54), especialmente com a extração da erva-mate (na porção sul) e da borracha (na porção norte), a produção de caldo e extrato de carne e a modernização da indústria açucareira. Utilizando como fontes os anúncios das casas comerciais publicados no *Album graphico de Matto-Grosso* (1914), o autor estabelece uma relação de causa e efeito entre o domínio dos comerciantes e o conjunto do referido processo de diversificação da produção, embora efetuando ressalvas: “à exceção das primeiras usinas de açúcar e do estabelecimento de Descalvados, todas as novas atividades econômicas exploradas na região tiveram algum suporte da casa comercial”, a qual, portanto, “constituiu o fator que impulsionou e catalisou a diversificação da produção” (p. 26-27). O auge do domínio desses comerciantes é situado pelo autor na virada do século XIX para o XX, quando a casa comercial

monopolizava a navegação e o comércio de importação e exportação de mercadorias; através do crédito, financiava a exploração de novas atividades econômicas em Mato Grosso ou a expansão das existentes, aproximando-se, em seu funcionamento, do próprio *banco*; finalmente, começava a participar diretamente da produção, arrendando e comprando terras para extrair a borracha e explorar a pecuária extensiva (Alves, 1984, p. 31-32; grifo do original).

O domínio das casas comerciais seria contudo desafiado, segundo o autor, pela entrada em cena, exatamente nessa época, do *capital financeiro* internacional, isto é,

o *capital monopolista*, típico da nova fase em que então ingressava o capitalismo em escala mundial (o imperialismo).

Inicialmente, o capital financeiro teria utilizado como “canal” as próprias casas comerciais, que se tornam então “representantes” (isto é, intermediárias) de bancos “nacionais e estrangeiros” (op. cit., p. 39). Logo em seguida, entretanto, esse capital se faria diretamente presente na região, por meio de “empresas de produção e de transporte” (p. 40). Com isso se desgastaria o poderio das casas comerciais, que se veriam excluídas dos circuitos de produção e comercialização das empresas pertencentes ao capital monopolista (p. 49). Torna-se a partir de então desnecessária a existência de uma classe de “capitalistas mato-grossenses”, e “já não mais surgem burgueses nacionais” (p. 43). Nos quadros da “divisão internacional do trabalho”, o imperialismo teria imposto a Mato Grosso uma “divisão regional” pela qual a “vocação natural” da região residiria simplesmente na exporta o de gado bovino em p , o que, na prática, “estrangulou o incipiente processo de diversifica o da produ o” e “terminou por destruir em definitivo os últimos focos de poder da casa comercial” (p. 54).

A esse raciocínio geral, o autor acrescenta ainda uma outra idéia muito importante em seu esquema: a economia mato-grossense teria sido objeto de uma disputa entre dois diferentes “p los” imperialistas: um situado na região platina e o outro no “eixo São Paulo-Santos” (op. cit., p. 65). Desde o início do século XX, escreve Alves, vinha se desenvolvendo em Mato Grosso a indústria do charque, por meio de “empresas monopolistas” que tinham suas sedes em Buenos Aires ou Montevidéu, isto  , os centros que efetuavam a “media o entre a produ o mato-grossense e o capital financeiro de origem inglesa” (p. 64-65). Entretanto, “grupos monop licos sediados em São Paulo” adquiriam terras em Mato Grosso e começavam a investir no melhoramento do rebanho bovino da região, o que passava a “tornar viável seu aproveitamento industrial nos frigoríficos de São Paulo”; nessa competi o, os frigoríficos teriam levado a melhor, provocando “a decadência e sucessiva estagna o da indústria do charque, depois de 1925” (p. 66). O transporte do gado (isto  , a matéria-prima supostamente subtraída às charqueadas para ser encaminhada aos frigoríficos) se faria, conforme o autor, pela estrada de ferro *Noroeste do Brasil*, que, inaugurada em 1914, ligava o sul de Mato Grosso a Bauru (SP) e da  às cidades de São Paulo e Santos. Desse modo, o “assalto final” do imperialismo contra as casas comerciais mato-grossenses teria partido do “pólo imperialista” de São Paulo e consistiria na “rede de transportes” que os “grupos monop licos sediados em São Paulo impuseram” a Mato Grosso. A inaugura o da Noroeste teria sido o “momento culminante” dessa rede, a qual logo se consolidaria “com as estradas de rodagem que alimentavam essa ferrovia”. Desse modo, a ferrovia e as rodovias “venceram os rios”, e o resultado dessa luta teria sido expresso, por um

lado, no desenvolvimento da cidade de Campo Grande (situada sobre a ferrovia) e, por outro, na decadência de Corumbá, pólo do comércio fluvial (p. 70).

Embora conceda um peso importante às questões relacionadas à indústria do charque, é, contudo, no âmbito da economia ervateira que Alves situa a “expressão mais elaborada” das “contradições existentes entre a casa comercial e as empresas monopólicas”. Ele de fato aponta, como uma das empresas do “capital financeiro”, a Companhia Mate Laranjeira, organizada no início dos anos 1890 sob o domínio acionário do Banco Rio e Mato Grosso, comandado pela oligarquia mato-grossense dos Murtinho (Joaquim e seus irmãos). Como detentora do virtual monopólio dos ervais nativos do extremo sul do estado (onde chegou a controlar, mediante arrendamento, cerca de 5 milhões de hectares de terras devolutas), a Companhia, segundo o autor, tinha contra si os comerciantes pelo fato de que, por seu poderio, ela prescindia totalmente de intermediários em suas operações, tanto industriais quanto comerciais. Nesse confronto, prossegue Alves, entrariam como “massa de manobra” os milhares de migrantes que chegavam à região e se estabeleciam, como *posseiros*, na área da concessão ervateira (tratava-se no caso, majoritariamente, de migrantes vindos do Rio Grande do Sul, principalmente em decorrência da Revolução Federalista de 1893-95). Com o objetivo de “retalhar” os ervais nativos e entregá-los a produtores pequenos e médios, que então cairiam sob sua dependência, os comerciantes teriam portanto buscado utilizar a seu favor os choques entre a Companhia e os posseiros (Alves, 1984, p. 51-54).

No curso desses conflitos, conhecidos como a “questão do mate”, embora a Companhia tenha logrado garantir o direito de continuar arrendando uma extensa área, os posseiros igualmente obtiveram, por lei, o direito de adquirir suas glebas, mediante compra ao Estado (1915). Para Alves, contudo, tal lei, embora aparentemente consistisse numa “vitória dos pequenos posseiros”, teria representado, na verdade, uma vitória da empresa: na medida em que ela controlava os meios de transporte necessários à comercialização da erva, os posseiros teriam sido obrigados a “girar sob a órbita” da Companhia, como fornecedores de erva e mesmo como “reserva de mão-de-obra”. Desse modo, uma vez que não levou à eliminação pura e simples da empresa, “a solução da ‘questão do mate’ correspondeu a uma derrota para os comerciantes” (op. cit., p. 53-54).

Em decorrência de tudo isso, enfim, de acordo com o autor, em fins da década de 1920 “estava bastante avançado o processo que transformou os comerciantes mato-grossenses em proprietários de estabelecimentos puramente comerciais e/ou de fazendas de criação de gado”; na mesma época, “Mato Grosso, em correspondência, assumira sua ‘vocalização econômica’”, voltando, agora sob a “hegemonia plena” do capital financeiro, a “pautar-se por sua condição de região basicamente exportadora de gado bovino em pé” (op. cit., p. 72-73).

Alves se equivooca, a meu ver, ao tentar aplicar *direta e imediatamente*, à história mato-grossense/sul-mato-grossense, conceitos derivados da análise do capitalismo em escala global – desprezando, em grande medida, as *mediações* entre as determinações universais e as especificidades nacionais e regionais. Desse modo, pode-se dizer que estamos aqui em face de um dos “mecanicismos e reducionismos economicistas” apontados por Emília Viotti da Costa como contrafações do materialismo histórico (Costa, 1994, p. 12), ou, em outras palavras, um dos “delírios oniscientes” que, de acordo com Fragoso & Florentino, costumavam acometer a História Econômica, levando-a a acreditar que podia “tudo explicar e determinar” – ao preço, contudo, de se afastar “da história, dos historiadores e dos homens” (1997, p. 36).

De fato, o desenvolvimento da reflexão historiográfica, sobretudo no último quartel do século XX, tornou extremamente problemáticas algumas das antigas pretensões do materialismo histórico. Por outra parte, conforme também assinala Costa, as críticas ao materialismo, embora inicialmente válidas, “freqüentemente levaram a um total subjetivismo, à negação da possibilidade de conhecimento e até mesmo ao questionamento dos limites entre história e ficção” (Costa, 1994, p. 12-13). Nesse contexto, penso que essa autora está correta ao postular “uma nova síntese”, que seja “centrada na teoria da práxis enriquecida pelas novas experiências” e trate de evitar “todas as formas de reducionismo e reificação, sejam eles econômicos, lingüísticos ou culturais” (Costa, 1994, p. 13 e 26; v. tb. Arruda, 1996). Com efeito, como nota outro autor, “as ciências sociais, entre elas a história, não estão condenadas a escolher entre teorias deterministas da estrutura e teorias voluntaristas da consciência” (Cardoso, 1997, p. 23).

Em meu entender, por tais caminhos pode-se efetivamente almejar “a construção de uma história econômica sutil e complexa”, a qual, embora se mantenha “sempre referida a uma totalidade”, renuncie aos citados “delírios oniscientes” para incorporar inclusive referenciais além dos “puros” mecanismos econômicos (cf. Fragoso & Florentino, p. 35). De fato, tratando-se especialmente do caso de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul, isto é, áreas fronteiriças, creio ser possível afirmar que nada se poderá compreender de sua história caso se deixe de levar em conta, por exemplo, a forte dimensão *política* de muitos dos principais eventos e processos que ali tiveram (e ainda têm) lugar⁶.

⁶ Para ficar só no período após a Independência, vale lembrar, com Moraes, que a idéia de controlar o território, e assim “construir o país”, “atuou como forte cimento na manutenção da unidade e integridade da antiga colônia”; pelo “projeto nacional” assim delineado, tratava-se de “construir a nação na expansão territorial”, com o que se justificava, ao mesmo tempo, “o Estado forte e centralizador” que deveria “conduzir e comandar o processo” (2005, p. 140).

Tendo tudo isso em vista, e passando à análise do caso específico em questão, acredito ser inegável a importância que teve, para as transformações econômicas ocorridas em Mato Grosso/Mato Grosso do Sul, a abertura da navegação pelo rio Paraguai. Tal abertura, e a conseqüente vinculação com os circuitos comerciais platinos, foi, com efeito, a responsável direta pelo início das atividades de natureza industrial na região correspondente ao atual Mato Grosso do Sul, a saber, as charqueadas e a indústria extrativa de erva-mate. A exploração dos ervais nativos do SMT (que consistia na extração, propriamente dita, e no primeiro beneficiamento da erva, chamado *cancheamento*) se fez em função do mercado argentino, que absorvia quase a totalidade da produção; o empresário Tomás Laranjeira, sucedido pela Companhia Mate Laranjeira, atuava em associação, formal ou informal, com estabelecimentos situados em Buenos Aires, encarregados do beneficiamento final do produto e sua colocação no mercado (v. Corrêa Filho, 1926). Também a produção de charque, impulsionada ainda no século XIX por empresários platinos, tomou maior impulso, na primeira década do século XX, mediante investimentos principalmente de capitais provenientes do Uruguai.

No entanto, a meu ver, Alves superestima, tanto quantitativa quanto qualitativamente, as transformações verificadas após a liberação da navegação – e, no mesmo passo, supervaloriza também os papéis desempenhados tanto pelo capital comercial quanto pelo “capital financeiro”.

É certo que, no tocante àquelas transformações, os exageros nas apreciações efetuadas pelo autor podem ser atribuídos, em parte, à forte impressão causada pelo contraste entre os contextos anterior e posterior à abertura da navegação⁷. Na verdade, o dinamismo econômico revelado após a abertura foi muito modesto, e somente adquire certa significação no confronto com a modéstia, ainda maior, dos padrões da economia mato-grossense no período anterior⁸. De fato, na avaliação de Garcia, a “forte presença do capital mercantil” em Mato Grosso, após a Guerra do Paraguai, decorria na verdade, “em larga medida”, das políticas do governo central, que isentou temporariamente de impostos o comércio mato-grossense e efetuou na província vultosos gastos militares (Garcia, 2001, p. 122). Assim, como notou Borges, até o final do século XIX o valor das importações realizadas por Mato Grosso superava, em muito, o valor das exportações, de modo que ainda então (mesmo ressaltando-se a costumeira prática do contrabando)

⁷ Nesse sentido, tais apreciações exageradas foram, em determinados momentos e em variados graus, compartilhadas por outros autores (dos quais, aliás, não me excluo).

⁸ De modo indireto e contraditório, Alves parece admitir tais exageros ao mencionar o caráter limitado da pauta de exportações de Mato Grosso, até o final do século XIX, motivo pelo qual era “débil” a “articulação da região com os centros dinâmicos do comércio mundial” (p. 25-26).

essa economia dependia, para sustentar-se, dos recursos remetidos pelo governo central. Assim, foi apenas ao longo dos anos 1890 que a “relativa estagnação produtiva de Mato Grosso” começou a ser superada (Borges, 2001, p. 44-46)⁹.

Mas tais exageros decorrem também, por outro lado, do afã de incluir as realidades da região nos esquemas teóricos adotados. Assim, com base nos poucos casos citados, referentes à “implantação da indústria moderna na região”, o autor avalia, por exemplo, que Mato Grosso se tornava uma “grande frente de investimentos” e estava já então “transitando do período manufatureiro para o da maquinaria industrial” (p. 23). Nesse contexto, o contingente de paraguaios que emigrou para Mato Grosso, após a guerra, chega a ser considerado um “proletariado”, como “necessário antípoda” dos capitais então igualmente encaminhados para a província – quando, na verdade, esse contingente era formado, de acordo com uma fonte citada pelo próprio autor, por “vivandeiros” que estavam, em sua maior parte, acostumados “a viver da magra etapa dos soldados” brasileiros que ocupavam Assunção e que por isso os seguiram quando esses soldados, em 1876, foram removidos dali para Mato Grosso (apud Alves, 1984, p. 22-23).

Já com relação ao domínio do capital comercial sobre o conjunto da economia mato-grossense, na época, pode-se dizer que essa é uma interpretação que encontra apoio na historiografia (cf. Corrêa, 1980, 1999; Garcia, 2001; Borges, 2001). Mesmo assim, parece a meu ver não-demonstrada uma das principais premissas do pensamento de Alves, a saber, aquela segundo a qual as casas comerciais estariam promovendo um saudável movimento de “diversificação da produção” (o que, no caso, explicaria a consternação com a suposta derrota que lhes teria sido posteriormente imposta pelo “capital financeiro”). Garcia, por exemplo, vai no sentido oposto, afirmando que, no período após a Guerra do Paraguai, o capital mercantil “não estava ancorado em uma atividade produtiva forte, que lhe desse sustentação” (Garcia, 2001, p. 122); assim, o autor menciona o “quadro de atraso na atividade produtiva” mato-grossense para dizer que, nesse contexto, “o domínio do comércio sobre a economia provincial era sinônimo do seu atraso” (id., p. 100).

De fato, no tocante à citada “diversificação” aparecem, no esquema de Alves, a rigor, apenas as atividades extrativas (erva-mate e borracha). As atividades industriais propriamente consideradas “modernas” (Descalvados e as usinas de açúcar) são dadas

¹⁰ Outra faceta daquela exagerada avaliação aparece na explicação de Alves para a presença, no ramo do transporte fluvial, de empresas ligadas (real ou supostamente) ao “capital financeiro”, as quais teriam contribuído para sufocar as casas comerciais ao retirar delas uma das fontes de seu poderio, a saber, o “monopólio sobre a navegação”. Na impossibilidade de tratar dessa questão, nos limites deste texto, remeto o leitor a Queiroz, 2004, p. 334-335; Souza, 2001, p. 25-26; Reynaldo, 2000, p. 96-118; Oliveira, 2005.

como iniciativas alheias ao capital comercial, conforme já visto. Já no que toca à produção de charque (vista como a principal possibilidade de Mato Grosso escapar do triste lugar que lhe estaria reservado na “divisão regional do trabalho”), seu desenvolvimento é explicitamente colocado, pelo próprio autor, como um fruto de investimentos de “empresas monopolistas” ligadas ao “pólo imperialista” platino, como já foi igualmente visto.

Desse modo, o que parece ficar claro é que o autor *idealiza* a categoria dos “comerciantes mato-grossenses”, isto é, o “grande comerciante dos portos” (cf. Alves, 2003, p. 78). Esse novo tipo de comerciante, diz ele, surgido em Mato Grosso após a abertura da navegação, correspondia já ao tipo produzido pela Revolução Industrial, isto é, pela era da maquinaria, e se sentia portanto à vontade no novo contexto de mercadorias padronizadas, negociadas no “abstrato mercado futuro”¹⁰; cosmopolita, ele “expressou, no plano político, a sua forma universalista de conceber o mundo e o homem”, compondo enfim uma categoria que teria sido “marcada pelo universalismo e pelo engajamento na luta pelo progresso material” (Alves, 2003, p. 66-67, p. 78). Tal idealização fica especialmente caracterizada quando se observa que as relações entre as casas comerciais e os produtores locais (e, na verdade, também os consumidores) situavam-se nos termos de uma dominação verdadeiramente odiosa. Assim, o próprio Alves menciona o “domínio exercido sobre os produtores regionais, estreitamente dependentes das frotas das casas comerciais para efeito de abastecimento e de escoamento de seus produtos”, acrescentando que o “pronto atendimento ao produtor” era “condicionado ao seu grau de resistência às condições de compra e de transporte impostas pelos comerciantes” (1984, p. 51). Menciona também a “ação implacável” dos mesmos comerciantes, refletida nos elevados juros cobrados aos produtores, a tal ponto que estes últimos, segundo o autor, “ansiavam” pela presença de autênticos bancos na região (1984, p. 39). Lúcia S. Corrêa, por sua vez, falando especificamente de Corumbá, registra a prática costumeira, por parte dos comerciantes, do contrabando, do açambarcamento de gêneros agrícolas, da sonegação de impostos e da especulação, inclusive com medicamentos, por ocasião das freqüentes epidemias que grassavam na cidade (Corrêa, 1980, esp. p. 82 e ss.)¹¹.

¹⁰ O autor contrapõe esse segmento aos comerciantes mato-grossenses de velho tipo, isto é, o que ele chama “comerciantes de físicos”, dependentes, para suas transações, da presença física das mercadorias.

¹¹ Para uma ampla análise, não-idealizada, dos efetivos contornos sociais das transformações então verificadas em Corumbá, v. Souza, 2001.

A idealização, com novas contradições, aparece também em outras formas pelas quais Alves caracteriza essas casas comerciais. Por um lado, são englobados num mesmo conjunto, sem distinções, todos os proprietários de casas comerciais, fossem eles naturais da própria região ou estrangeiros chegados após a abertura da navegação (cf. Alves, 2003, p. 63) – o que constitui uma solução coerente com o método utilizado pelo autor, que valoriza o universalismo (representado neste caso pelo capital) em face do nacionalismo ou do regionalismo. Por outro lado, Alves postula, como vimos, um antagonismo entre essas casas comerciais e o “capital financeiro”.

No entanto, tudo parece indicar que essas casas comerciais não foram simplesmente um “canal” inicialmente utilizado pelo capital internacional mas sim, em boa parcela, manifestações plenas da presença desse capital. Embora tais casas não tenham sido ainda, infelizmente, objeto de estudos acadêmicos aprofundados (cf. Targas & Queiroz, 2006), parece possível extrair algumas conclusões a partir das informações existentes acerca das datas de implantação desses estabelecimentos em Mato Grosso.

Dentre 34 casas comerciais com anúncios publicados no citado *Album graphico* (1914), pode-se identificar, pelos próprios anúncios, as datas do estabelecimento de 22. Dessas, nota-se que nada menos que 12 foram fundadas entre 1895 e 1912 – ou seja, precisamente o período que, conforme se sabe e o próprio autor indica, corresponde à intensificação da presença do capital estrangeiro na região. Ademais, essas casas trazem, em sua maior parte, nomes característica ou declaradamente estrangeiros (alemães, italianos e espanhóis): Stöffen, Schnack, Müller e Cia. (Corumbá, 1898)¹²; Víctor Lasclotas (Porto Murtinho, 1898); Monaco, Piñon e Cia. (Corumbá, 1902); Feliciano Simon (Corumbá, 1907); Ângelo Rebuá e Irmão (Miranda, 1908); Josetti e Cia. (Corumbá, 1909); Raphael Orrico (Aquidauana, 1910)¹³.

Desse modo, parece impossível separar tais casas do processo mais amplo que inclui a presença daquilo que o autor chama de “empresas do capital financeiro” – restando, ao contrário, aparentemente clara a íntima vinculação desses comerciantes com a expansão (industrial/comercial) então empreendida por seus países de origem¹⁴.

¹² Essa empresa estava presente também na Bolívia, tendo sua matriz em Puerto Suárez e filiais em várias outras localidades (cf. *Album graphico*, anúncio da empresa na parte final do volume).

¹³ Vale notar que também nas empresas fundadas antes de 1895, bem como naquelas para as quais não se indica a data de fundação, há várias com nomes de estrangeiros, isto é, alemães, italianos, espanhóis e também lusitanos.

¹⁴ Semelhante vinculação, na verdade, é apontada por Valmir Corrêa já com relação aos primeiros comerciantes a se instalarem em Mato Grosso após a abertura do rio Paraguai, ainda em fins da década de 1850: a atuação de tais “mascates fluviais”, “em especial imigrantes europeus”, “representou de fato o ponto final da cadeia imperialista, ao incorporar a distante província de Mato Grosso ao mercado dos produtos industrializados da Europa” (Valmir Corrêa, 1999, p. 23-24).

O processo, provavelmente, é um só, podendo-se supor que os comerciantes estrangeiros em Mato Grosso, nessa época, ligavam-se a esquemas similares aos indicados por Takeya com relação a uma casa comercial instalada por franceses no Ceará. Essa autora, de fato, identificou uma extensa rede de informações que, passando pelos círculos econômicos e governamentais da França, municiava a montagem das “casas comerciais que, de fato, viabilizaram a expansão comercial francesa” (Takeya, 1992, p. 331-332).

No caso de Mato Grosso, tais raciocínios, ao que parece, poderiam ser aplicados para explicar a presença tanto das casas alemãs como também as de outros países, “menores”. Nessa época, de fato, segundo Normano, “a Alemanha estava lutando para penetrar [no mercado sul-americano] com o fim de dividir o mercado com os velhos fornecedores e clientes: a Inglaterra e a França”; “partindo do sul”, a presença alemã estava se “aproximando cada vez mais dos Algarismos da Inglaterra na Argentina, Chile, Brasil, Uruguai, Paraguai e Bolívia” (Normano, 1944, p. 22-23). “Mas”, acrescenta o autor, “as outras nações” – “tais como: Espanha, Portugal, Itália” – “também lutavam para conseguir entrar no mercado” (id., p. 22). A mesma idéia é ainda enfatizada pelo autor em outro local, onde afirma: “os vários rivais políticos [da Grã-Bretanha] fizeram sua entrada no Continente – a nação francesa de ‘rentiers’ e a Alemanha com o seu estado industrial. Mas havia ainda lugar bastante para os países menores – a Bélgica¹⁵, a Holanda, a Espanha, a Itália” (id., p. 55).

Ademais, parece também problemática a suposição, implícita, de que os comerciantes constituíam um conjunto homogêneo, capaz, por exemplo, de atuar politicamente como um bloco (o “capital comercial”). O equívoco, no caso, não estaria na operação de juntar numa mesma categoria, como foi dito acima, os estrangeiros e os “naturais da terra”. A identidade de interesses entre integrantes desses dois conjuntos parece não só possível como altamente provável – como, aliás, indica Hobsbawm ao mencionar a presença, nos países periféricos, dos “comerciantes agentes de potências estrangeiras – locais, importados da Europa ou ambos” (1988, p. 99)¹⁶. Isso, contudo, não elimina a probabilidade da ocorrência de conflitos de interesses entre os comerciantes (fossem eles estrangeiros ou nativos), de modo que, inclusive por esse motivo, diferentes

¹⁵ A respeito dos peculiares interesses belgas na região, nessa época, v. Garcia, 2005.

¹⁶ Contudo, não deixa de ser interessante notar que Lúcia S. Corrêa assinala, no segmento dos comerciantes, o peso particular dos estrangeiros, os quais, em vista de suas condenáveis práticas (conforme já visto), chegaram a ser objeto de movimentos locais de sentido “nativista”, de “reação ao estrangeiro”, isto é, contra “o restrito grupo de estrangeiros que controlavam o grande comércio de Corumbá” (Corrêa, 1980, p. 99). Takeya por sua vez menciona, no caso que analisou, “protestos dos comerciantes nativos” com relação aos estrangeiros (1992, p. 333).

comerciantes tenderiam a desenvolver diferentes relações com as oligarquias politicamente dominantes no estado.

Do mesmo modo, Alves superestima também a presença (e conseqüentes efeitos) do “capital financeiro” na região¹⁷. Em seu ensaio, consta uma longa relação de “empresas ligadas diretamente ao capital financeiro, implantadas em Mato Grosso entre 1891 e 1929” (p. 41-42). É uma lista que, à primeira vista, causa de fato uma certa impressão, tanto que o próprio Borges, que a reproduz, avalia que “a presença do capital financeiro em Mato Grosso é inquestionável e, com certeza, deve ter sufocado o capital mercantil local” (Borges, 2001, p. 128). Penso, contudo, ser mais correto e produtivo reter e destacar outros aspectos assinalados pelo citado autor, em sua crítica de algumas das proposições de Alves. De fato, Borges observa que “a presença direta do capital estrangeiro em Mato Grosso foi de duração limitada, pelo menos nos níveis extraordinariamente elevados dos anos que precedem a Primeira Guerra Mundial”, o que “se explica, afinal, pela própria expansão dos mercados financeiros internacionais na década que precede a eclosão da Primeira Grande Guerra”; concluindo, Borges assinala enfim que o capital financeiro “não ‘*substituiu*’ [...] as classes sociais internas: o crescimento do poder dos pecuaristas e de comerciantes de novas áreas expressa esse fato” (p. 129; grifo do original).

Em outras palavras, parece possível dizer que Alves toma como duradoura e definitiva uma presença que, na maior parte dos casos, foi apenas episódica e transitória, como especialmente no caso das várias empresas ligadas à extração da borracha e à exploração de minérios (ouro, diamante e manganês). Assim, das 29 empresas que aparecem na referida lista, parecem ter subsistido, na verdade, apenas 8 ou 9 (proprietárias de fazendas estabelecidas no SMT com a finalidade de explorar a pecuária), além da Companhia Mate Laranjeira (cujas eventuais ligações com o capital financeiro precisam ainda ser, na verdade, melhor elucidadas).

Com relação especificamente à economia ervateira, deve-se dizer que a proposição de Alves, acerca do apoio de representantes do capital comercial à tese do

¹⁷ Na verdade, tal postura aparece já quando, mencionando o processo de concentração do capital, em escala mundial, o autor simplesmente subscreve a avaliação original de Lênin, concluindo que, “num mundo já dominado pelos oligopólios, com a emergência do capitalismo monopolista”, já “não havia mais lugar para a lei da oferta e da procura, para a livre concorrência, enfim” (cf. p. 23-24). Veja-se, a propósito, a seguinte observação de Hobsbawm: “o controle do mercado e a eliminação da concorrência constituíam apenas um aspecto de um processo mais geral de concentração capitalista, e não eram nem universais nem irreversíveis: em 1914 houve uma concorrência muito mais acentuada nos setores petrolífero e siderúrgico norte-americanos do que houvera dez anos antes. Neste sentido, é ilusório falar, em relação a 1914, daquilo que por volta de 1900 era claramente identificado como sendo uma nova fase do desenvolvimento capitalista, como ‘capitalismo monopolista’” (1988, p. 70).

fracionamento dos ervais, apresenta efetivos elementos de verossimilhança. Num artigo publicado no citado *Album graphico*, o político mato-grossense Brandão Júnior, partidário desse fracionamento, defendia enfaticamente o papel que, nessa hipótese, seria exercido pelos comerciantes: “A exportação compete ao comércio, a quem incumbe o papel de intermediário entre o produtor e o consumidor. E no caso do mate, o comércio, certo, não se deixará preterir, porque ninguém poderá preencher esta função com mais vantagem que ele”. Na verdade, a crer em Brandão Júnior, o interesse dos comerciantes estaria radicado mais precisamente no mercado consumidor a ser criado pela renda proveniente da exportação da erva. Segundo esse autor, de fato, em casos como o do mate “o comércio limita-se, quase sempre, a um lucro muito insignificante, acontecendo muita vez não pretender outra recompensa além do fornecimento de mercadorias de consumo aos vendedores de produtos a exportar” (Brandão Júnior, 1914, p. 429).

Isso evidentemente não deve significar, conforme já assinalai há pouco, que se tratasse aí de uma postura de “bloco”, pela qual os comerciantes, enquanto “burguesia mato-grossense”, estariam confrontando o “capital financeiro”. O fato concreto é que o negócio da erva-mate era extremamente lucrativo, especialmente para os padrões da época e do lugar, uma vez que o produto era de boa qualidade e o mercado consumidor forte e garantido. Além disso (embora esse ponto, como tantos outros, não esteja estudado), pode-se supor que entre os próprios industriais e distribuidores da erva-mate na Argentina houvesse interesse em furar o “bloqueio” ao mate sul-mato-grossense exercido pela companhia monopolista e seus associados portenhos¹⁸.

Seja como for, o que me parece, por outro lado, já suficientemente demonstrado é que Alves subestima o significado da presença de novos atores (os ex-posseiros) no universo ervateiro. Relativamente cedo, de fato, a exportação da erva parece haver logrado emancipar-se da dependência dos esquemas de transporte monopolizados pela Companhia, por meio de uma curiosa (e, até certo ponto, inesperada) conexão entre a estrada de ferro Noroeste do Brasil e a navegação do rio Paraguai. Com efeito, já em 1930 o presidente do estado menciona o vulto da exportação de erva-mate através da ferrovia: o mate, diz ele, vem “em caminhões de Ponta Porã para Campo Grande, donde é conduzido pelos trens da Noroeste até Porto Esperança [no rio Paraguai] e aí embarcado para o Rio da Prata. Embora não seja esse o caminho mais curto, é o preferido por ser o mais econômico” (apud Queiroz, 2004, p. 420; “mais econômico”, entenda-se, em face da impossibilidade de se recorrer aos circuitos monopolizados

¹⁸ Vale lembrar que a Argentina, o grande mercado consumidor da erva-mate, não possuía senão uma pequena extensão de ervais nativos, e até pelo menos a década de 1930 dependia quase totalmente da importação (v. Figueiredo, 1968).

pela Companhia, que já nessa época utilizava o rio Paraná, acima e abaixo das Sete Quedas, como sua rota de exportação). Assim, os transportes de erva-mate efetuados pela ferrovia giraram, na segunda metade da década de 30, em torno de um terço do total da produção exportada por Mato Grosso (Queiroz, 2004, p. 420)¹⁹.

Ademais, o espaço da Companhia Mate continuou a ser cada vez mais restringido, devido, entre outras coisas, à ação do Estado nacional brasileiro – movido, no caso, por preocupações que se inscrevem tanto no âmbito da economia quanto no da política (cf. Lenharo, 1986). Em sua política de “nacionalização das fronteiras”, parte da chamada “Marcha para Oeste”, o Estado Novo de Vargas recusou-se a renovar os arrendamentos da Companhia. Ao mesmo tempo, com a criação, em 1938, do Instituto Nacional do Mate, os produtores independentes foram estimulados a se organizarem em cooperativas e passaram a contar (em medida ainda a ser melhor avaliada) com financiamento e assistência técnica estatais. Desse modo, sabe-se que, a partir de fins dos anos 1940, a Companhia deixou a cena principal e esses produtores assumiram na prática a operação da economia ervateira (cf. Saldanha, 1986).

Resta enfim a analisar os elementos do esquema de Alves que parecem ter alcançado maior poder de disseminação, isto é, aqueles referentes ao suposto “assalto final” contra o poder da “burguesia comercial mato-grossense”, com seu pretense efeito de “estrangular” a diversificação produtiva então ensaiada. Como já foi dito, o autor atribui à Noroeste (dada como um “tentáculo” do “pólo imperialista” situado no sudeste brasileiro) o papel de algoz das perspectivas de desenvolvimento autônomo da região. Para o autor, a Noroeste teria sido pensada e construída com a finalidade principal de prover matéria-prima (gado bovino) aos frigoríficos instalados em São Paulo pelo capital financeiro, o que teria decretado o fracasso da tentativa de industrialização local representada pelas charqueadas. Um eloquente indício de como tais afirmações de Alves continuam a ser apreendidas pode ser encontrado em uma recente obra, onde se lê o seguinte:

com a instalação da Ferrovia Noroeste do Brasil, ligando o centro industrial em pleno desenvolvimento (São Paulo) e o Mato Grosso [...], o domínio monopolista sobre a região transfere-se da região platina para o Sudeste brasileiro. Verifica-se, neste período, a falência das empresas de charque da região. O interesse do monopólio agora é pelo gado em pé, transportado pela ferrovia Noroeste do Brasil para ser abatido nos frigoríficos instalados em São Paulo (Moretti, 2006, p. 26).

¹⁹ Sobre esse assunto, v. tb. Jesus, 2004.

Compreende-se que, no trabalho acima citado, tais temas, conforme observei de início, figuram apenas como elementos de composição de um “quadro abrangente” no qual o autor busca situar seu objeto precípua, que é inteiramente outro.

Tais afirmações, contudo, foram já largamente refutadas por pesquisas realizadas ao longo da década de 1990. Em primeiro lugar, não é possível atribuir à construção da Noroeste um sentido puramente econômico. Em dois trabalhos (concluídos um em 1992 e o outro em 1999, depois publicados, respectivamente, em 1997 e 2004), creio haver demonstrado que os interesses econômicos imediatos, ligados à movimentação de mercadorias entre São Paulo e Mato Grosso, não eram suficientes para explicar a construção dessa estrada. Na verdade, os eventuais efeitos econômicos da ferrovia apareciam, na época, claramente subordinados a interesses político-estratégicos do Estado nacional brasileiro (tanto que seu trecho sul-mato-grossense foi, desde o início, estatal, isto é, pertencente à União). O que se buscava era, essencialmente, uma ligação direta entre a fronteira sul-mato-grossense e o litoral atlântico brasileiro, de modo a se poder dispensar a via platina de acesso a Mato Grosso – a qual dependia do trânsito por dois países estrangeiros (o Paraguai e a Argentina) com os quais o Estado brasileiro mantinha relações nem sempre amigáveis e jamais confiáveis. Desse modo, o fato de a ferrovia haver atuado de modo poderoso no enfraquecimento da via platina constitui, antes de qualquer coisa, a própria concretização, em termos econômicos, de seu sentido político-estratégico: ela deveria ser, como foi, um “dreno” do tráfego efetuado pela calha do rio Paraguai, de modo a “nacionalizar” (direcionando-as para o sudeste brasileiro) as ligações econômicas e políticas mato-grossenses.

Outro equívoco consiste em afirmar que as charqueadas mato-grossenses teriam entrado em “falência” após a década de 1920. Em primeiro lugar, o processo de melhoramento do rebanho bovino mato-grossense, que poderia torná-lo apto ao aproveitamento nos frigoríficos paulistas, embora se tenha de fato iniciado na segunda década do século XX, não teve continuidade, sendo retomado, de modo significativo, apenas a partir da década de 1950 (Queiroz, 2004, p. 482-484). Assim, durante a primeira metade do século, a Noroeste praticamente não transportou gado gordo (isto é, pronto para o abate) de Mato Grosso para São Paulo. Ao contrário, os animais exportados pela via ferroviária se destinavam às invernadas situadas no oeste paulista, de onde, aí sim, seguiam para o abate nos frigoríficos (na verdade, dado o valor relativamente baixo do gado, a maior parte continuou a ser exportada no velho sistema das boiadas; cf. Queiroz, 2004, p. 395-411; Leite, 2003).

O mais importante a esse respeito é que, conforme assinala Nascimento, não se verificou a alegada falta de matéria-prima, que teria sido responsável pela suposta falência das charqueadas (Nascimento, 1992, p. 37-38). É certo que, como apontou

Suzigan, a rápida expansão do número de frigoríficos instalados no Brasil, durante a Primeira Grande Guerra, produziu, logo em seguida, uma séria crise de abastecimento de matéria-prima:

A capacidade de abate total dos frigoríficos estabelecidos em 1918-1919 já excedia a uma taxa razoável de desfrute, tendo em conta o tamanho do rebanho brasileiro [...]. De fato, já durante os anos de guerra estava ocorrendo um excesso de abates, o que acarretaria grave crise na indústria de carnes em fins da década de 1910 e início da de 1920 (Suzigan, 2000, p. 359).

Contudo, essa carência não se verificou no tocante às charqueadas mato-grossenses. No caso, parece bastante claro que a *distância* funcionou como um mecanismo de proteção desses estabelecimentos. Ao contrário dos frigoríficos, essas charqueadas (aliás muito menos exigentes que os primeiros, no tocante à qualidade da matéria-prima) contavam com um suprimento de gado abundante e próximo. Desse modo, não foi por acaso que, de todas as charqueadas instaladas nessa época no SMT, foram aquelas do Pantanal as que tiveram especial fortuna: é que elas, mais que as situadas no planalto da bacia do Paraná, estavam protegidas, pela enorme distância (muito superior a 1.000 km), da concorrência que lhes podiam fazer os frigoríficos, na busca pela matéria-prima (cf. Queiroz, 2004, p. 481). Enfim, os dados disponíveis a esse respeito (v. tabela ao final deste texto) indicam que, entre o final da década de 1910 e o início da seguinte, a exportação mato-grossense de charque aumentou, ao invés de diminuir.

Em resumo, pode-se dizer que as charqueadas tiveram um importante papel na economia sul-mato-grossense ainda nas três décadas seguintes. Nesse período, de fato, de acordo com Nascimento, tais empresas dispuseram de condições de desenvolvimento bastante favoráveis, e chegaram a alcançar uma “grande prosperidade”, evidenciada pelo “aumento do capital, instalações e aparelhagens de algumas delas” (Nascimento, p. 59). O autor mostra também que o mercado consumidor continuou firme, constituído, essencialmente, pelo mercado interno brasileiro (p. 73). Desse modo, foi apenas na década de 1950 que se extinguiu o espaço econômico das charqueadas mato-grossenses: “pressionadas pela concorrência e pelo Ministério da Agricultura”, elas trataram de modernizar-se, de modo que, “na década de 60, as indústrias que ainda sobreviviam com o nome de charqueada, no estado de Mato Grosso, praticamente já haviam se descaracterizado como tal; eram estabelecimentos em vias de transformar-se em frigoríficos, e isso, geralmente, ocorreu na década de 70” (Nascimento, 1992, p. 47-50 e 173).

Vale notar que, buscando lastrear sua tese, Alves lança mão de um argumento aparentemente muito lógico, a saber: o fato de a ferrovia cobrar, para o transporte do charque, tarifas muito maiores que aquelas cobradas para o transporte de gado vivo

(sendo que o produto industrializado permitia o “pleno esgotamento da capacidade de transporte de um vagão de carga, enquanto o transporte de gado em pé se revelava permanentemente ocioso”). Para Alves, essa política correspondia simplesmente a “mais um instrumento do capital monopolista, para realizar a divisão regional do trabalho que lhe interessava” (Alves, 1984, p. 68-69). Na verdade, entretanto, esse suposto “paradoxo” decorria da aplicação de um princípio universal de tarifação ferroviária, pelo qual os fretes eram cobrados na proporção direta do *valor* de cada mercadoria (Queiroz, 2004, p. 249-250). Além disso, não é certamente necessário recorrer a tramas imperialistas para se encontrarem pressões adicionais contra as tarifas, já normalmente baixas, do gado em pé. Para isso bastavam, com sobras, os interesses imediatos dos pecuaristas, os quais, como integrantes das classes sociais dominantes (especialmente em Mato Grosso), dispunham de força política suficiente para garantir fretes irrisórios, ainda que à custa do sucateamento das ferrovias (Queiroz, 2004, p. 260-266, 272-278). A impertinência desse argumento manifesta-se, enfim, na elevada proporção em que a produção mato-grossense de charque foi sempre transportada pela via férrea, desde o início da década de 1920, a demonstrar que os fretes cobrados não eram, de modo algum, espoliadores dessa indústria (Queiroz, 2004, p. 411-415; Nascimento, p. 89-91).

Finalmente, cabe notar que a supervalorização de mecanismos diretamente econômicos não exclui, no esquema analisado, o recurso a uma “visão conspirativa” da história. Assim, a “divisão regional do trabalho”, a que alude Alves, deixa de ser vista como o resultado das complexas interações entre a economia mato-grossense e o restante da economia brasileira para ser simplesmente atribuída a uma deliberada “estratégia de produção de alimentos para o abastecimento dos centros econômicos mais dinâmicos do Centro-Sul do país” (p. 57) – algo, portanto, como um verdadeiro “complô” contra o desenvolvimento diversificado e autônomo de Mato Grosso²⁰.

Desse modo, Alves coloca indiretamente a idéia de que somente mantendo-se vinculada aos circuitos platinos a indústria mato-grossense do charque teria perspectivas de manter-se. Em sua visão, apenas para o “pólo imperialista” do sudeste as charqueadas apareciam como competidores a eliminar, uma vez que disputavam as mesmas fontes de matéria-prima. Na perspectiva do “pólo platino”, ao contrário, elas apareciam como um setor, de certo modo, “complementar”, na medida em que não competiam pela matéria-prima com os frigoríficos instalados no Prata e atendiam a um mercado que

²⁰ Um raciocínio semelhante é efetuado pelo autor com relação ao destino da economia açucareira em Mato Grosso. Neste trabalho, contudo, deixo de analisar esse caso, tanto pelas limitações de espaço como pelo fato de ele estar mais diretamente relacionado com a porção norte da região considerada.

esses (após haverem promovido, por sua vez, a liquidação das charqueadas platinas) haviam deixado de lado, isto é, o mercado específico do charque, ainda extenso em países como Cuba e o próprio Brasil (Alves, p. 63-64). Desse modo, pode-se dizer que Alves propõe uma alternativa que, embora inverificável, aparece, no conjunto de seu esquema, com um alto poder de sugestão: trata-se da idéia de que, na ausência da Noroeste, vale dizer, na ausência da integração subordinada à economia paulista, a economia mato-grossense teria tido condições de desenvolver-se de forma mais diversificada, escapando à “vocação” de exportadora de gado magro.

A esse respeito, vale inicialmente lembrar a consistente refutação de Wilson Cano à tese do assim chamado “imperialismo interno”, que supostamente teria sido exercido pela região-pólo brasileira em seu benefício e em detrimento das regiões periféricas. Como se sabe, Cano enfatiza, ao contrário, os complexos mecanismos histórico-econômicos que permitiram à economia de São Paulo a conquista da posição de pólo (Cano, 1977, 1985). Além disso, a integração com o pólo não liquidou as charqueadas mato-grossenses, como imagina Alves. Finalmente, convém assinalar uma contradição nos raciocínios analisados: pelo que havia sido afirmado, a vítima do “assalto final” teriam sido os “comerciantes mato-grossenses”; segundo o próprio Alves, entretanto, como foi dito, quem explorava as charqueadas na região não eram os comerciantes mas sim “empresas monopolistas” vinculadas ao “pólo platino” (cf. p. 64-65).

Buscando avançar no propósito de contribuir para um melhor conhecimento da história econômica de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul, creio ser possível dizer que, numa visão de conjunto, a vinculação com o sudeste brasileiro (vale dizer, com o mercado interno em formação) constitui, para a economia mato-grossense/sul-mato-grossense, um importante dado desde o início da efetiva presença luso-brasileira nesse espaço, ainda no século XVIII. Entretanto, devido à especificidade dos recursos naturais da região e a peculiar disposição de sua rede hidrográfica, a integração com o sudeste pôde ser desafiada pela alternativa da vinculação direta com outros mercados, mediante o trânsito pelos rios Paraguai e Paraná e pelo estuário do Prata.

Tal vinculação, como já assinalai, foi diretamente responsável pelo início das indústrias do charque e da erva-mate. Na ausência, contudo, de um mercado consumidor significativo, a implantação desses ramos decorreu simplesmente de “uma específica dotação local de recursos naturais ou de uma atividade agrícola ou pecuária de longa data implantada” na região, conforme a conhecida conceituação de Cano. Esse autor cita os ramos do charque e da erva-mate, e, embora não se refira especificamente ao caso mato-grossense, suas observações valem também para esse caso: ainda que tais atividades pudessem dar a impressão de uma certa “concentração” industrial em termos regionais, diz ele, “esse tipo de concentração pouco tem a ver com uma dinâmica

industrial própria”; em outras palavras, eram atividades que “pouco tinham a ver, efetivamente, com a base e dimensão de seus próprios mercados locais”, estando, ao contrário, “voltadas basicamente para ‘mercados externos’, do exterior ou do resto do país” (Cano, 1977, p. 113).

Tal “dinâmica industrial própria”, de fato, parecia notavelmente ausente na região, pelo menos até a segunda metade do século XX. Essa constatação, todavia, não elimina, ou não deveria eliminar, o interesse pelo conhecimento mais aprofundado da trajetória desses ramos e suas eventuais vinculações com outros setores da economia sul-mato-grossense. Tal interesse, a meu ver, é aconselhável em vista da própria duração dessas atividades: a indústria do processamento da carne bovina na região tem suas origens, embora modestas, já na década de 1850²¹; a economia ervateira, por sua vez, teve seus inícios, igualmente modestos, logo após o final da guerra com o Paraguai e perdurou, como uma atividade importante, até meados da década de 1960 (cf. Jesus, 2004).

Numa perspectiva de longo prazo, assim, torna-se praticamente irrelevante a oposição entre capitais nacionais e estrangeiros. A presença desses últimos não levou, como se poderia dramaticamente supor, a uma desnacionalização da economia regional, nem inviabilizou a “diversificação” da produção.

A indústria da carne, por exemplo, superou a dependência das vinculações platinas, que haviam presidido a seu início, e adaptou-se perfeitamente à nova configuração dos transportes iniciada com a construção da ferrovia – passando, aliás, às mãos de capitais locais (inclusive, especificamente, o “capital comercial”). Desse modo, a rigor, não há que se falar, a esse respeito, em “decadência”, nem na década de 1920 nem depois. Torna-se mais interessante e produtivo examinar, ao contrário, as transformações que continuavam a ocorrer no mercado nacional e mundial e como elas se conjugaram às condições locais para produzir novas transformações. Isso foi o que procurou fazer o trabalho de Luiz M. do Nascimento, o qual mostra que, na década de 1920, ocorreu o início de uma *nova fase* da indústria charqueadora de Mato Grosso. O autor identifica os anos entre 1922 e 1931 como o “último período de instalação de charqueadas em Mato Grosso” – tratando-se, agora, de estabelecimentos “nascidos da iniciativa de empresários mato-grossenses”, enquanto a presença estrangeira, até então hegemônica, começava a “refluir” (Nascimento, 1992, p. 178 e 10-11). O autor mostra também que “boa parte” do capital investido nessa indústria, nessa nova fase, “veio do setor comercial”, sendo que, “com muita frequência, os próprios charqueadores

²¹ Conforme nota Wilcox (1992, p. 103), uma incipiente produção de charque para exportação, por iniciativa dos próprios fazendeiros, teve início logo após a abertura do rio Paraguai.

desenvolviam atividades comerciais" (Nascimento, p. 45). Finalmente, como já foi visto, a partir da década de 1960 as antigas charqueadas tenderam a transformar-se em frigoríficos.

Nessas circunstâncias, afiguram-se muito promissores dois instrumentais de análise lembrados por Suzigan: a "teoria do crescimento econômico induzido por produtos básicos", de Watkins, e a abordagem dos "encadeamentos generalizados" (*generalized linkage*), proposta por Hirschman. Nos dois casos, conforme destaca Suzigan, a abordagem é "essencialmente a mesma":

Ela descreve o processo de desenvolvimento econômico no período de crescimento voltado para a exportação, ou a experiência de crescimento de um país novo a partir de um produto básico de exportação, nos termos dos efeitos de encadeamento (*linkage effects*) ou dos efeitos de expansão (*spread effects*), derivados das exportações de produtos básicos (Suzigan, 2000, p. 70).

Desse modo, trata-se de examinar, com relação a um determinado gênero básico, "sua capacidade de induzir investimentos no mercado interno pela demanda de fatores e insumos intermediários para sua produção", examinando-se a distribuição da renda proveniente da expansão desse gênero e também a "possibilidade de processamento ulterior" do mesmo gênero. Como enfatiza Suzigan, tal abordagem, por ser "aplicável a qualquer produto básico", "ajuda a entender as diferenças no desenvolvimento econômico (particularmente industrial) das diferentes regiões (ou países) durante o período de crescimento voltado para a exportação" (Suzigan, p. 70, 72).

Penso que tal abordagem pode ser especialmente útil para o exame da economia ervateira. Nessa economia, de fato, o período de "crescimento voltado para a exportação" prolongou-se até meados da década de 1960, quando a Argentina (principal e quase único consumidor do mate sul-mato-grossense) encerrou definitivamente suas importações (cf. Saldanha, 1986). Assim sendo, a abordagem pode abranger tanto o período de predomínio absoluto da Companhia Mate Laranjeira quanto o período posterior, caracterizado pela presença das cooperativas de produtores. É claro que, no tocante à Companhia, parece especialmente tentador considerá-la como um mero *enclave*, visto que ela utilizava pessoal majoritariamente estrangeiro (migrantes paraguaios)²², destinava ao exterior sua produção, possuía seus próprios esquemas de transporte e comercialização etc. Creio, no entanto, que esse não deve ser o ponto de partida de uma análise. Note-se por exemplo que, pelo que diz a historiografia, essa empresa pagava impostos numa ínfima proporção de seus rendimentos, de modo que, por esse

²² A esse respeito, v. Wilcox, 1993.

critério, ela não poderia ser vista como o típico enclave de propriedade estrangeira (tipo esse que constitui, como nota Hirschman, "*an obvious and comparatively easy target of the fiscal authorities*", cf. 1981, p. 67). Penso portanto que existe um campo aberto à investigação das eventuais relações entre a empresa e produtores locais de gêneros alimentícios e outros, bem como o eventual fornecimento, a terceiros, de gêneros de consumo importados pela Companhia.

A possibilidade da ocorrência de encadeamentos, contudo, é certamente muito maior no período seguinte. Na verdade, a própria presença do Estado, conforme já indicado, parece constituir um encadeamento produtivo do tipo externo, isto é, aquele relacionado, na conceituação de Hirschman, à ação de "*the commercial and industrial classes, foreign investors, or the state*" (1981, p. 80). Ademais, o retraimento da Companhia, associado à expansão dos produtores independentes, certamente implicou numa desconcentração da renda proveniente das exportações – conforme aliás é sugerido, já em 1914, pelas palavras de Brandão Júnior (cit.). Desse modo, pode-se supor um espaço, mesmo que modesto, para a ocorrência de *linkages* de consumo, isto é, "a indução a investir em indústrias domésticas produtoras de bens de consumo para os fatores empregados no setor exportador" (Watkins, apud Suzigan, 2000, p. 71).

Além disso, como nota Hirschman, "*the grower of the staple may himself become involved in the more accessible nonindustrial forwarding operations, such as transportation, commerce, and finance*" (1981, p. 74). Tais operações, com efeito, podem ter sido assumidas, pelo menos em parte, pelos próprios produtores por meio de suas cooperativas (com o que se teria, portanto, um *linkage* interno, nos termos definidos por Hirschman); mas certamente não se poderia descartar a ocorrência de tais encadeamentos do tipo *externo*, isto é, a possibilidade de que agentes estranhos às cooperativas, como os comerciantes locais ou regionais, tenham atuado, com certa importância, no transporte da produção e no financiamento dos produtores.

Por último, e especialmente notável, é o fato de que o poder atingido pelas cooperativas parece haver chegado ao ponto de, contrariando o usual, levá-las a uma atividade de elevada complexidade tecnológica, voltada à exploração de uma "possibilidade de processamento ulterior" do próprio produto básico. Hirschman, de fato, escreve que "*if the new activity is technologically alien to the ongoing activity, inside linkage will meet with special difficulties*" (1981, p. 76). No caso, entretanto, sabe-se que a federação das cooperativas ervateiras sul-mato-grossenses empreendeu, no início da década de 1960, a construção e operação, na cidade de Ponta Porã, de uma grande indústria voltada à produção de mate solúvel, com o nome comercial *Matex* (cf. Saldanha, 1986). O caso dessa indústria precisa, evidentemente, ser melhor estudado. Aparentemente, no entanto, ela simboliza, ao mesmo tempo, tanto as possibilidades

quanto as limitações subjacentes à economia ervateira sul-mato-grossense. Sabe-se de fato que a *Matex* foi desativada, após alguns anos de operação, devido à descapitalização do setor – duramente golpeado, em 1965, com o fechamento do mercado argentino à exportação da erva cancheada (cf. Saldanha, 1986).

Enfim, sem pretender haver esgotado o assunto, nem muito menos haver dito sobre ele a “última palavra”, concluo apenas acentuando a idéia de que, caso se deixem de lado rígidos esquemas preconcebidos, o estudo da história econômica de Mato Grosso/ Mato Grosso do Sul só terá a ganhar.

Tabela única: Mato Grosso – exportação de charque (1905-1944, 1949-1956)

| Período | Média anual (kg) | Ano | kg |
|-----------|------------------|------|--------------|
| 1905-1909 | 395.526,00 | 1949 | 7.000.000,00 |
| 1910-1914 | 1.198.517,70 | 1950 | 7.000.000,00 |
| 1915-1919 | 3.527.994,40 | 1951 | - - - |
| 1920-1924 | 4.552.520,40 | 1952 | 7.238.848,00 |
| 1925-1929 | 4.793.078,60 | 1953 | - - - |
| 1930-1934 | 4.300.400,00 | 1954 | - - - |
| 1935-1939 | 4.252.555,40 | 1955 | 6.348.000,00 |
| 1940-1944 | 3.542.004,25 | 1956 | 4.805.000,00 |

Fonte: Queiroz, 2004, p. 396-397.

Obras citadas

ALBUM graphico do estado de Matto-Grosso [1914]. Org. por S. C. Ayala e Feliciano Simon. Corumbá, Hamburgo, 1914. 433 + 69 p.

ALVES, Gilberto Luiz [1984]. Mato Grosso e a história – 1870-1929: ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 61, p. 5-81, 2.sem.1984.

ALVES, Gilberto Luiz [1985]. A trajetória histórica do grande comerciante dos portos em Corumbá (1857-1929) – a propósito das determinações econômicas do casario do porto. In: CASARIO do porto de Corumbá. Campo Grande: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, 1985. p. 58-61.

ALVES, Gilberto L. [2003]. A trajetória histórica do grande comerciante dos portos em Corumbá: 1857-1929. In: _____. *Mato Grosso do Sul: o universal e o singular*. Campo Grande: Ed. Uniderp, 2003. p. 55-81.

ARROLAMENTO da produção científica na área de História: 1968-1993. Por Valmir B. Corrêa, Paulo R. Cimó Queiroz e Norma M. Doro. Campo Grande: UFMS, 1994. 59 p. (Anais de Pesquisa, 1).

ARRUDA, J. Jobson [1996]. Linhagens historiográficas contemporâneas: por uma nova síntese histórica. In: COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO, 3, Niterói, Rio de Janeiro, Foz do

Iguaçu, nov. 1996. *Viagens e viajantes, almocreves, bandeirantes, tropeiros e navegantes*. Niterói; Rio de Janeiro; Foz do Iguaçu, 1996.

BORGES, Fernando T. de Miranda [2001]. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso – 1870 a 1930*. 2. ed. São Paulo: Scortecci, 2001.

BRANDÃO JÚNIOR, J. B. de Oliveira [1914]. O Planalto do Amambahy. In: ALBUM graphico do estado de Matto-Grosso. p. 422-429.

CANO, Wilson [1977]. Alguns aspectos da concentração industrial. In: FORMAÇÃO econômica do Brasil: a experiência da industrialização. Org. F. R. Versiani e J. R. Mendonça de Barros. São Paulo: Saraiva, 1977. p. 63-120.

CANO, Wilson [1985]. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*. São Paulo: Ed. Global; Campinas: Ed. Unicamp, 1985. 369 p.

CARDOSO, Ciro Flamarion [1997]. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 1-23.

CORRÊA, Lúcia Salsa [1980]. *Corumbá – um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso: 1870-1920*. 1980. Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH/USP, São Paulo.

CORRÊA, Lúcia Salsa [1999]. *História e fronteira: o Sul de Mato Grosso, 1870-1920*. Campo Grande: Ed. UCDB, 1999.

CORRÊA, Valmir B. [1982]. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943*. 1982. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, São Paulo.

CORRÊA, Valmir B. [1999]. *Fronteira Oeste*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.

CORRÊA, Valmir Batista [1976]. *Mato Grosso 1817-1840: o papel da violência no processo de formação e desenvolvimento da província*. 1976. Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH/USP, São Paulo.

CORRÊA FILHO, Virgílio [1925]. *À sombra dos herveas mattogrossenses*. São Paulo: Ed. S. Paulo, 1925.

COSTA, Emília Viotti da [1994]. A dialética invertida: 1960-1990. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, n. 27, p. 9-26, 1994.

FIGUEIREDO, Alvanir de [1968]. *A presença geoeconômica da atividade ervateira: com destaque da zona ervateira do estado de Mato Grosso, tomada como referência*. 1968. 436 f. Tese (Doutoramento em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Presidente Prudente.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo [1997]. História econômica. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 27-43.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha [2001]. *Mato Grosso (1850-1889): uma província na fronteira do Império*. 2001. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – IE/Unicamp, Campinas.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha [2005]. *Território e negócios na “era dos impérios”: os belgas na fronteira oeste do Brasil*. 2005. 250 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – IE/Unicamp, Campinas.

HIRSCHMAN, Albert O. [1981]. A generalized linkage approach to development, with special reference to staples. In: _____. *Essays in trespassing: economics to politics and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981. p. 59-97.

HOBSBAWM, Eric J. [1988]. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- JESUS, Laércio Cardoso de [2004]. *Erva-mate – o outro lado: a presença dos produtores independentes no antigo sul de Mato Grosso (1870-1970)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados.
- LEITE, Eudes Fernando [2003]. *Marchas na história: comitivas e peões-boiadeiros no Pantanal*. Brasília: Ministério da Integração Nacional; Campo Grande: Ed. UFMS, 2003.
- LENHARO, Alcir [1986]. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste – os anos 30*. 2.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1986. 105 p.
- MORAES, Antonio C. Robert [2005]. *Território e história no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- MORETTI, Edvaldo Cesar [2006]. *Paraíso visível e real oculto: a atividade turística no Pantanal*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006.
- NASCIMENTO, Luiz Miguel do [1992]. *As charqueadas em Mato Grosso: subsídio para um estudo de história econômica*. 1992. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Assis.
- NEVES, Joana [1980]. *A fundação de Aquidauana e a ocupação do Pantanal: civilização e dependência*. 1980. Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH/USP, São Paulo.
- NORMANO, J. F. [1944]. *A luta pela América do Sul*. São Paulo: Ed. Atlas, 1944.
- OLIVEIRA, Vitor W. Neto de [2005]. *Estrada móvel, fronteiras incertas: os trabalhadores do Rio Paraguai (1917-1926)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005.
- QUEIROZ, Paulo R. Cimó [1997]. *As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1997. 163 p.
- QUEIROZ, Paulo R. Cimó [2004]. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. Bauru: EDUSC; Campo Grande: Ed. UFMS, 2004.
- REYNALDO, Ney Iared [2000]. *Comércio e navegação no Rio Paraguai (1870-1940)*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – FCL/UNESP, Assis.
- SALDANHA, Athamaril [1986]. Capataz caati. In: CICLO da erva-mate em Mato Grosso do Sul: 1883-1947. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, 1986. p. 445-518.
- SOUZA, João Carlos de [2001]. *Sertão cosmopolita: a modernidade de Corumbá (1872-1918)*. 2001. 313 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo.
- SUZIGAN, Wilson [2000]. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. Nova ed. São Paulo: Hucitec: Ed. Unicamp, 2000.
- TAKEYA, Denise M. [1992]. *Europa, França e Ceará: a expansão comercial francesa no Brasil e as casas comerciais*. 1992. 380 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH/USP, São Paulo.
- TARGAS, Zulmária Izabel de Melo Souza; QUEIROZ, Paulo R. Cimó [2006]. As casas comerciais ligadas ao transporte fluvial em Mato Grosso (1870-1930): um estudo da situação atual desta questão, nos planos teórico e empírico. ENCONTRO DE HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL, 8., Dourados, out. 2006. [Anais]. Dourados: ANPUH. Seção de Mato Grosso do Sul, 2006. 1 CD-rom. ISBN 857598107-2.
- WILCOX, Robert W. [1992]. *Cattle ranching on the Brazilian frontier: tradition and innovation in Mato Grosso, 1870-1940*. 1992. Tese (PhD em História) – New York University, New York.
- WILCOX, Robert W. [1993]. Paraguayans and the making of the Brazilian far west, 1870-1935. *The Americas*, v. 49, n. 4, p. 479-512, apr. 1993.
- ZORZATO, Osvaldo [1998]. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. 1998. 181 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo